

usadas neste momento, endereçadas a mim, que são, evidentemente, fruto de sua reconhecida bondade.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Sinceridade.

A Sra. Conceição da Costa Neves — Com algumas das expressões estou de pleno acordo; concordo com V. Exa. naquilo que eu possa dar de melhor para levar no dia em que for chamada à prestação de contas com o Juízo Supremo; devem ser mesmo aqueles caminhos abertos para aqueles que receberam na missão divina na terra — a de trazerem os seus corpos cobertos de chagas, mas as suas almas puras como a sandália de Jesus. Aquêles que foram os soldados da saúde pública, tão desassistidos, tão abandonados e tão incompreendidos até há bem pouco tempo, que são os nossos doentes de lepra, mas que hoje, graças a esta Casa, principalmente, recebem um trato que quase condiz com os foros de civilização deste Estado de São Paulo e deste Brasil. Isto dito, deputado, quero também estar de acordo com suas expressões, quando V. Exa. assegura — e assegura certo — que, realmente, devemos nós, os deputados, prestigiar e respeitar todos os funcionários desta Casa, desde o modesto porteiro até o mais graduado assessor jurídico deste Parlamento. E nós só podemos buscar respeito e cooperação, quando oferecermos cooperação e respeito. E tudo aquilo que possa partir de um deputado, desrespeitando ou exacerbando aquele mando que é tão passageiro — porque faz parte de um mandato que termina de 4 em 4 anos — é realmente total falta de educação e, sobretudo, de humanismo, porque é uma prepotência que não deve ser executada. Somos deputados por 4 anos.

O funcionário continua funcionário, galgando posições sempre mais elevadas. E digo sempre, nobre deputado, que há muitos funcionários desta Casa que devem ter maiores qualidades do que eu. Mas acontece que o mandato é meu, me foi entregue, errado ou certo, mas por uma determinação das urnas. Então eu sou o deputado; eu sou o deputado e não vou fazer desta circunstância, honrosa para mim, mandato de força, que seria até uma covardia, porque faria valer uma posição passageira, transitória, para perseguir, para vasculhar seções, com esse espírito de Javert de beira de córrego, que não se pode admitir nesta Casa. Aqui, as posições são definidas; as responsabilidades também. A orientação dos trabalhos desta Casa, compete à Mesa. E até atribuição específica dos srs. secretários. O 1.º Secretário tem esta ou aquela obrigação; o 2.º Secretário tem outras obrigações. Então isto é lei da Casa. A nós, qualquer deputado, ainda que fosse o Rui Barbosa — que é o padrão ainda não superado de inteligência e cultura deste País — não poderia suspender o ponto de um funcionário, adentrar o serviço médico para responsabilizar, chamar a atenção, passar descompostura a funcionários desta Casa. Nem o secretário, que tem competência dada por lei, que é o Regimento, não faz isso, porque é homem bem educado. Como pode um deputado — fazendo o papel de um Javert de beira de córrego, repito, insisto — policiar desta maneira — e este policiar é no mau sentido — aquilo que acontece na Assembléia? V. Exa. tem toda a razão. Nós só podemos merecer cooperação e respeito de todos os funcionários desta Casa se a eles dermos a nossa cooperação e o nosso respeito.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Obrigado, nobre deputada.

O Sr. Chopin Tavares de Lima — V. Exa. permite uma aparte?

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Com prazer, logo que responda à deputada.

Nobre deputada Conceição da Costa Neves, que tanto admiro...

A Sra. Conceição da Costa Neves — E recíproca a admiração.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — ... e respeito, não apenas declarado nesta tribuna como toda a vez que me dirijo ao povo, quando se fala em deputados digo que acredito piamente no trabalho dos homens. E o homem mais humilde, o mais relegado, há o instante em que ele tem valor, há o momento em que este homem se declara com valor. O simples homem que na linguagem popular seria um vagabundo de rua, um "general farrapo", porque renunciou a todas as belezas e vai pelos caminhos da vida sem tomar conhecimento dos encantos da flor, de uma criança, de mais nada, numa destituição muito violenta, por certo aquele homem terá o seu valor.

Certa vez fui criticado por dar um auxílio a um desses andarilhos de rua lá do meu bairro, e essas pessoas me criticaram porque eu estava dando dinheiro a um vagabundo que nada poderia fazer, que não molestava ninguém. Um dia, minhas crianças estavam à porta de casa brincando na calçada, e passou por elas um bêbado violento, um caso de rua. Pois este homem correu da esquina e ficou de prontidão na minha porta e recolheu minhas crianças. Este homem pagou mais do que lhe dei. E, quantas criaturas superdimensionadas que dão um instante de assistência a alguém e dão muito mais do que recebem. Por isso é que costumo encontrar um mínimo de qualidades em cada criatura.

Então, nobre deputada, o que desejo declarar é que poderia esta Casa, com disciplina de trabalho com reuniões, com estatística — com estatística — e esta gente conhece tudo isto, todos estes funcionários aqui conhecem e discutem, e teríamos, então, o trabalho que todos desejam. Vou interromper minhas palavras porque tenho prazer em ouvir a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A Sra. Conceição da Costa Neves — Quase perdi a oportunidade de que ia dizer a V. Exa., embevecida pela beleza da sua exposição. Mas, queria lembrar a V. Exa., num retrospecto que a filosofia do povo deriva da vontade de Deus. E essa filosofia ensina que conhecemos o vilão quando lhe pomos o bordão nas mãos. O humilde que aqui chega e não sabe se vai permanecer, e se arvora em juiz de todos nós, funcionários e deputados, imprensa etc. E' o todo-poderoso e exige o que quer e o que determina. E V. Exa., neste momento diz certo quando afirma que todos os funcionários — e se refere aos chefes e diretores — conhece e sabe, exatamente, onde, neste momento da vida da Assembléia, está a dificuldade que deve ser removida para um melhor rendimento dos nossos trabalhos. Tenho plena consciência. Vou votar a favor do projeto de resolução do nobre deputado Mantelli Neto, porque S. Exa. me afirmou que idêntica medida tomou na Câmara Municipal, com resultados positivos. Então, votarei a favor. Mas, tenho, nobre deputado, através de 17 anos de experiência nesta Assembléia, quase que a certeza de que, se consultássemos cada chefe de seção, cada diretor da Assembléia, esses homens — muitos deles, quase sua totalidade aqui estão desde o primeiro dia de 1947, quando se instalou a Constituinte — conhecem os serviços desta Casa extensa e profundamente. Tenho certeza de que chegaríamos àquela conclusão a que vai chegar o IDORT, com a economia desses...

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — E com a maior perfeição, com a prática que eles têm, com o conhecimento do assunto.

A Sra. Conceição da Costa Neves — ... dez milhões de cruzeiros. Eles estão no trabalho todos os dias. Conhecem, realmente o assunto, porque sabem, pelo seu próprio esforço, pela sua própria dedicação, das deficiências. Eles não operam no plano subjetivo, eles conhecem, objetivamente, essas deficiências. Mas não quero negar esta oportunidade que o nobre deputado Mantelli Neto oferece à Casa. Acho que poderíamos propor que esses dez milhões — se não me falha a memória, é essa a importância...

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — A Câmara Municipal da qual fui vereador durante dez anos, funciona porque lá existe, como nesta Casa, funcionários heróis. Não posso dizer o nome de um porque os demais ficariam zangados comigo, mas funciona por isso. A injeção do IDORT é uma injeção de água, sem nenhum efeito.

Nobre deputada Conceição da Costa Neves, V. Exa. que reclama, que viu a situação do Juqueri, sabe a dificuldade em se pagar, inclusive, a alimentação dos doentes. Portanto, não posso concordar em que esta Casa gaste milhões, quando, aqui mesmo, poderíamos fazer esse trabalho interno, pois acredito na inteligência e na capacidade dos funcionários da Assembléia Legislativa, pois fariam o trabalho com conhecimento de causa. E esses funcionários não iriam ganhar esses dez milhões, mas terão que dar todas as informações aos homens que aqui vierem. E' engraçado isso. Se eu fosse funcionário daqui, não daria uma informação sequer, pois os funcionários têm competência para apresentar esse trabalho.

Não quero contrariar o nobre deputado Januário Mantelli Neto, a quem estimo e que me recolhe em sua casa, com insistência, nas festas...

O Sr. Januário Mantelli Neto — V. Exa. deve se referir ao projeto e não à estíma.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Mas desejo expor o meu princípio; é um direito do deputado.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. permite que eu conclua meu aparte? (Assentimento do orador) — Eu reservaria essa importância, talvez acrescida de importância mais substancial, para o atendimento de um serviço nesta Casa, cujo assunto já foi tratado hoje de maneira clara, precisa e perfeita, pelo nobre deputado Blota Júnior, que é a Taquígrafia. Vamos perder, logo, logo, uma parte boa da boa equipe da Taquígrafia. Por quê? Por que a Assembléia paga uma miséria: enquanto os estígrafos ganham 400 mil cruzeiros, um taquígrafo não chega a ganhar 100 mil. V. Exa. sabe que taquígrafos, por exemplo, o nobre deputado Araripe Serpa, não deve ser brincadeira; taquígrafos a deputada, quando a deputada está brava, também não deve ser muito fácil, deve ser trabalho de um bom taquígrafo. E eles são muito mal pagos e, assim, os outros organismos, inclusive o federal, requisita os taquígrafos, porque vão pagar muito mais, como merecem. Então, esses dez milhões de cruzeiros esta Casa deveria emerecer para pagamento melhor desses funcionários, alguns estão aqui desde o primeiro dia de março de 1947, trabalhando nesta Casa, e esta Casa vai abrir mão desses funcionários por miséria?! Porque não paga, porque não quer pagar

levadamente! E vem aquele falar em privilégios, em privilegiados. Onde está o privilégio? Quais são os privilegiados? E' a indagação que faço e ninguém me responde, nem mesmo quem acusa, nem mesmo quem anuncia, nem mesmo quem aparece conceder os privilégios. Sr. deputado, se eu tivesse poder de decisão, talvez ajudasse a aprovar o projeto de resolução do deputado Mantelli Neto, mas, paralelamente, faria uma verificação não apenas da função, mas do pagamento da função dentro do respeito que a criatura humana deve merecer.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Obrigado, deputada Conceição da Costa Neves.

Quero conceder o aparte ao nobre deputado Chopin Tavares de Lima, mas, antes, devo dizer, apenas, o seguinte: a coisa que eu mais admiro nas criaturas humanas é a humildade. E', para mim, a maior virtude. Eu aceitaria, como um calouro nesta Casa, como novato, aulas dos funcionários desta Casa. Aulas de redação de moção, de distinção entre moção e requerimento, destas diferenças todas que muitos de nós, deputados, não conhecemos. Poderiam esses homens dar aulas aqui e eu não me sentiria nada humilhado, como deputado.

O Sr. Gustavo Martini — Nem eu.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Muito bem, deputado Gustavo Martini. Eu iria legislar melhor. Meu Deus; seria mais útil ao meu povo, ao meu Estado, se esses assessores, numa reunião, que proponho aos Srs. deputados à Presidência, dessas aulas práticas, o tesouro que eles já possuem do tempo que aqui estão.

Tem o aparte o deputado Chopin Tavares de Lima. E um prazer ouvi-lo.

O Sr. Chopin Tavares de Lima — Deputado Pedro Geraldo Costa, eu entendo que a matéria que nós discutimos é de grande interesse para o Poder Legislativo, matéria esta de autoria do nobre deputado Januário Mantelli Neto. No entanto, V. Exa. nota que a colocação feita por um dos nossos colegas provocou um debate que me deu vontade, realmente, de usar a tribuna. Mas achei o debate até certo ponto pequeno. Lembra-me uma passagem das vésperas da Revolução Francesa. Quando o povo se armava para concretizar aquela revolução, Maria Antonieta, surpreendida pela manifestação popular, perguntava porque o povo estava furioso e lhe informaram que o povo não tinha pão. Maria Antonieta perguntou, então, fria e de uma maneira totalmente fora de problemática política daquela época: por que o povo não comia bolo? Meu Deus, reúne-se o Poder Legislativo de São Paulo, durante horas, para saber a respeito da saída de uma funcionária desta Casa, talvez para ir ao cabeleireiro e, realmente, o problema político de São Paulo e do Brasil está nas nossas mãos.

Nós ficamos sabendo se vai pôr laquê no cabelo da moça, se é relapsa ou não a funcionária desta Casa, em debate parlamentar longo, e quando eu fui à Assessoria Técnica para pedir que me dessem dados, encontrei funcionários dedicados, não há dúvida, mas que de muita coisa não entendem. E' necessário que se faça um planejamento, sim. Qual o sociólogo que pode assessorar nossos projetos? Qual o economista dos quadros desta Casa que está em condições de oferecer estatística? Outro dia queria saber quantos cursos superiores funcionam em São Paulo e a Casa não estava preparada para fornecer essa informação. Porisso os parlamentares, a Presidência precisam verificar esse problema. Não sou favorável às funcionários que saem infringindo o regulamento, para ir à manicura, mas lembro também, como o grande estadista inglês Winston Churchill, que a democracia é um regime que tem muitos defeitos, é lamentável que não haja um melhor que a democracia. Os funcionários da Casa são competentes, têm experiência nos seus setores. Mas será que o funcionalismo da Casa não precisa ser acrescido de alguns novos setores, para que possa assessorar este colégio de representantes do povo? Digo-lhes, humildemente, que tenho sentido falta de uma assessoria e, como deputado da oposição, não tenho obtido resposta aos meus requerimentos de informações ao Executivo, que têm esses dados em seu poder.

O SR. PRESIDENTE — O tempo do aparte de V. Exa. está esgotado.

O Sr. Chopin Tavares de Lima — V. Exa. permite que eu conclua o meu aparte, mesmo atacando o Poder Executivo? (Assentimento do orador) E, realmente, este Poder é pequeno e a força dos parlamentares não se faz sentir. Tenho impressão de que os conhecimentos dos funcionários da Casa bem como sua experiência são grandes, mas eles não conhecem racionalização de serviço, e não tem mesmo obrigação de conhecer. Precisamos chamar o IDORTE, sim, que custe 10 ou 20 milhões de cruzeiros. Não vamos também nesse setor ficar cuidando de problemas pequenos, quando, realmente, o povo espera que sejam resolvidos os seus grandes problemas. Projetos importantes estão para ser votados e ficamos a querer saber qual a produção de um ou outro funcionário relapso que tenha esta Casa e que existem em qualquer organização, em qualquer poder, e não podemos descer de nossa função para debatermos estes problemas pequenos. Dado esta colocação eu gostaria de ver ainda esta noite, aprovada a proposição de autoria do nobre deputado Januário Mantelli Neto, para que o Sr. Presidente coloque em execução esta autorização que, tenho impressão, o Plenário lhe dará, para que possamos ser mais eficientes e mais autênticos. Desculpe-me V. Exa. a veemência de minhas palavras, que possam ter-me levado a uma posição menos delicada e respeitosa a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Exa. está esgotado, nobre deputado Pedro Geraldo Costa.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Peço licença a V. Exa. para concluir o meu discurso, nobre Presidente. Aceito as palavras do nobre deputado, sempre dando exemplo de cortesia e educação. Quero dizer apenas que este deputado, assim como todos os Srs. deputados, tem interesse e que esta Casa discute os problemas do povo. Temos aqui 30 mil cartas, com mais de 300 mil assinaturas protestando contra a alta do preço do leite. Nós não ficamos só na conversa, na oração. V. Exa. sabe, é moço de trabalho e com mais experiência política do que nós, que precisamos resolver esse problema.

O Sr. Israel Dias Novaes — (Com assentimento do orador) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. RPRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Israel Dias Novaes.

O SR. ISRAEL DIAS NOVAES — Sr. Presidente requero a prorrogação dos nossos trabalhos por mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental, a Presidência submete à deliberação do Plenário o requerimento de V. Exa.

Os Srs. deputados que aprovarem o requerimento de autoria do nobre deputado Israel Dias Novaes prorrogando os nossos trabalhos por mais 15 minutos, queiram se conservar como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. Israel Dias Novaes (Com assentimento do orador) — Estendo ao Sr. Presidente o agradecimento que devo a V. Exa., pela gentileza. Nobre deputado Pedro Geraldo Costa, ao longo desta tarde, quando analisávamos, quem sabe se até com impropiiedade, o problema do funcionalismo desta Casa, funcionalismo do Poder Legislativo, ocorreu-me a mesma situação com referência a certos setores do Poder Executivo. Ainda agora, compulsávamos o "Diário Oficial", numa tentativa de adivinhar o critério que preside a gestão do atual Secretário da Agricultura, Dr. Oscar Thompson Filho, em matéria de funcionalismo. E, posso assegurar a V. Exa., com a franqueza e lealdade que V. Exa. sempre reconhecceu neste seu admirador...

O SR. PEDRO GERALDO COSTA — Exatamente.

O Sr. Israel Dias Novaes — ... que é impossível adivinhar qual o critério que preside a orientação funcional daquela Pasta. Basta dizer a V. Exa. que o "Diário Oficial" do dia 8 último publica o rebaixamento de categoria para dois altos funcionários da Secretaria da Agricultura, no Departamento de Produção Vegetal! Dois altos funcionários, artigos do D.P.V., da Secretaria da Agricultura, em Presidente Prudente, foram rebaixados por ato do Sr. Secretário da Agricultura! O Sr. Secretário decidiu "sponte sua" rebaixar esses dois funcionários. Publicou um ato mais ou menos nos seguintes termos: "Os funcionários Fulano e Beltrano deixam o padrão tal, ou referência tal, que lhes cabe, para serem reduzidos ao padrão ou referência tal". Reduziu, dizem, de 35 para 19, sem consultar ninguém, sem atender ao Estatuto do Funcionário Público. Outra coisa: V. Exa. e, sobretudo, o nobre Presidente desta Casa, agrônomo dos melhores que a Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz" produziu, sabem perfeitamente que uma das polêmicas mais antigas, na Secretaria da Agricultura, referia-se à dependência administrativa da Diretoria de Ensino Agrícola. Alguns, como o deputado Ciro Albuquerque, consideravam o melhor lugar para esse Serviço a Pasta da Educação, eis que era setor educacional. Outros achavam que, embora fosse educacional, a ensino técnico, a ensino próprio da Pasta da Agricultura. Essa polêmica vinha de há muitos anos. Sabe V. Exa. que a Diretoria do Ensino Agrícola, em tempos idos, pertencera efetivamente à Secretaria da Educação, passando, depois, para a Secretaria da Agricultura, onde ministrava ensino prático de agricultura. Pois bem, vem o Sr. Oscar Thompson Filho e não entra em indagações sobre os motivos da sua permanência na Pasta da Agricultura, ou na Pasta da Educação. S. Exa. repetiu o gesto daquele general, já citado por V. Exa. nesta tribuna, que cortou o nó górdio com a espada. Achou S. Exa. que o melhor lugar seria na Pasta da Educação, não na da Agricultura. Então, por decreto, transferiu o Serviço de Educação Agrícola para a Pasta da Educação. E mais: sabe perfeitamente V. Exa. que o ensino agrícola é, naturalmente, destinado ao agrônomo, porque agrônomo é aquele que entende de agronomia, é aquele que